

# 4ª Câmara de Coordenação e Revisão

# Boletim Informativo

# 2026

Sessões de Revisão e de Coordenação  
de 28 de abril de 2026



# Destaques da Revisão

JF-PB-0800738-74.2024.4.0  
5.8200-IP

**Voto nº: 632/2026/4ª CCR**

INQUÉRITO POLICIAL. MEIO AMBIENTE. ZONA COSTEIRA. TERRENO DE MARINHA. OCUPAÇÃO IRREGULAR. RECUO TARDIO E INSUFICIENTE. MANUTENÇÃO DE ATERRO GRAMADO EM ÁREA INVADIDA. DOLO PERSISTENTE. QUEBRA DA ISONOMIA COM ADERENTES AO ANPP. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, COM REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO.

1.13.000.000959/2025-06

**Voto nº: 636/2026/4ª CCR**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. MERCÚRIO. OFERTA PELA INTERNET. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. COMPROMISSO DE IMPEDIR ANÚNCIOS ILEGAIS DO MINÉRIO E O USO DE EXPRESSÕES CONGÊNERES. TAC CUMPRIDO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

1.33.002.000402/2023-92

**Voto nº: 727/2026/4ª CCR**

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL PALEONTOLÓGICO. CAVIDADE NATURAL SUBTERRÂNEA. PALEOTOCA. RISCO DE DESTRUIÇÃO. PROPRIEDADE PRIVADA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER. AVERBAÇÃO EM MATRÍCULA IMOBILIÁRIA. PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO E PALEONTOLÓGICO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

# Destaques da Revisão

## 1.16.000.000047/2009-02

**Voto-vista nº: 2/2026/4ª CCR**

INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. APA DO DESCOBERTO. ÁREA ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS LINDAS/GO. DANOS PROVOCADOS POR PARCELAMENTO IRREGULAR DO SOLO. DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL URBANÍSTICA OU FUNDIÁRIA. AS LIMITAÇÕES PRÓPRIAS AO REGIME JURÍDICO DA APA FEDERAL NÃO COMPROMETEM O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE, NÃO TRANSFEREM A ÁREA AO DOMÍNIO DA UNIÃO E NÃO INVIABILIZAM O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. ADOÇÃO DE CRITÉRIO FUNCIONAL BASEADO NA NATUREZA DO BEM JURÍDICO E NA PREDOMINÂNCIA DO INTERESSE. ATRIBUIÇÃO DO MP ESTADUAL. VOTO ACOMPANHANDO O RELATOR.

## JF-CAH-1006967-98.2023.

4.01.3904-APORD

**Voto nº: 690/2026/4ª CCR**

INCIDENTE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (IANPP). AÇÃO PENAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. RESEX MARINA CUIARANA. RECUSA DO MPF EM OFERECER O ANPP. PENA MÍNIMA SUPERIOR A 04 ANOS. CONDUTA HABITUAL E REITERADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. GRAVIDADE CONCRETA. INSUFICIÊNCIA PARA A REPROVAÇÃO E A PREVENÇÃO DE INFRAÇÃO PENAL. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. DEPUTADO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE NEXO COM O CARGO STF. NÃO CABIMENTO DE OFERECIMENTO DO ANPP.

## 1.30.001.000638/2015-31

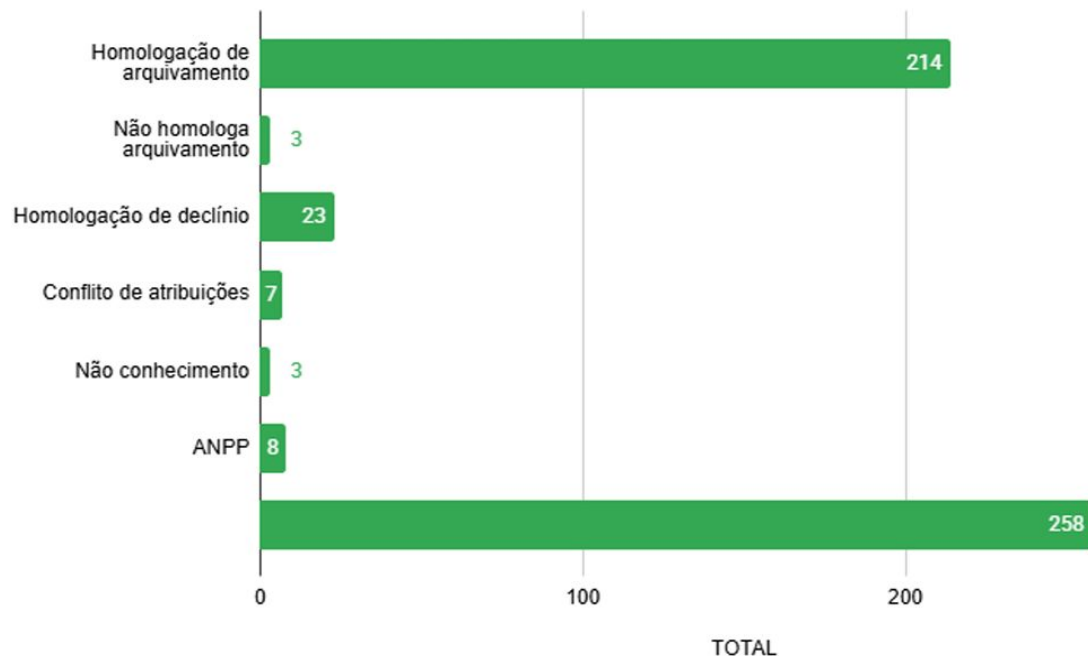
**Voto nº: 777/2026/4ª CCR**

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. COMBATE À CORRUPÇÃO. COMITÊ RIO 2016. FAVORECIMENTO DE EMPRESAS. PAGAMENTOS IRREGULARES. MATÉRIA AFETA ÀS ATRIBUIÇÕES DA 5ª CCR. ERRO MATERIAL NA PROMOÇÃO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS À 5ª CCR. NÃO CONHECIMENTO.

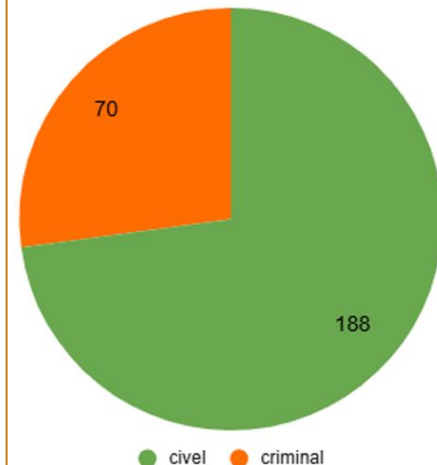
# Estatística da Revisão

Total de processos apreciados:  
**258**

Quantitativo de processos julgados na 671 e 672ª SO (258 feitos no total)



671ª SO e 672ª SO



# Destques da Coordenação

61ª Sessão de Coordenação de 28 de abril de 2026

Aprovada a alteração do Enunciado nº 6/2020 - 4ºCCR

EMENTA: ATRIBUIÇÃO FEDERAL. ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APAS). INSTITUIÇÃO PELA UNIÃO. LESÃO DIRETA E SIGNIFICATIVA A BENS DE INTERESSE DA UNIÃO.

A atribuição do Ministério Público Federal para atuar em procedimentos relacionados a fatos ocorridos no interior de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) instituídas pela União, ainda que haja transferência formal da gestão ao ente local, será definida quando a lesão atingir, de forma direta e significativa, entre outras hipóteses, bens da União, ecossistemas que ultrapassem os limites de um estado, ou pela repercussão nacional ou transnacional do dano.

II. PRECEDENTE:

IC - 1.16.000.003153/2010-73;

IC - 1.16.000.000047/2009-02.

Acesse aqui inteiro teor do [Enunciado nº 6/2026 - 4ºCCR](#)

# Destaques da Coordenação

61ª Sessão de Coordenação de 28 de abril de 2026

Realização do Encontro Nacional da 4ªCCR, que teve como objetivo estabelecer as ações prioritárias da 4ª CCR para 2026, além de promover o compartilhamento de boas práticas e discussões pertinentes à atuação da 4ª CCR. O evento foi marcado pelo lançamento do Guia de Open Source Intelligence (OSINT) para Investigações de Crimes Ambientais, desenvolvido em parceria com o Instituto Igarapé para ampliar o uso estratégico de dados públicos em apurações. As apresentações de boas práticas destacaram iniciativas inovadoras, como o acordo com a Starlink para identificar financiadores do garimpo ilegal, a proposta de federalização de unidades de conservação em Rondônia através do projeto Cinturões Verdes e a criação de consórcios intermunicipais para saneamento e saúde pública em regiões de divisa estadual. Além disso, a 4ª CCR reforçou a aposta na modernização tecnológica, integrando ferramentas como a plataforma GeoRadar para análises geoespaciais, o sistema Sirenejud para monitoramento da jurisdição ambiental e o uso de inteligência artificial para otimizar fluxos processuais e a precificação de danos climáticos.

Acesse aqui [Apresentações e Boas Práticas apresentadas no encontro](#)

Acesse aqui [Notícia “MPF lança guia para fortalecer investigações de crimes ambientais com uso de dados públicos”](#)

## Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - São Paulo

Participação da Coordenadora da 4ªCCR no Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - São Paulo. O seminário teve como objetivo discutir os efeitos das mudanças climáticas e as políticas de prevenção, mitigação e adaptação sob uma perspectiva regional.

Acesse aqui a [notícia do evento](#)

Participação da Coordenadora da 4ª CCR no 24º Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, organizado pela ABRAMPA, com a participação dos membros titulares da 4ªCCR. Durante a abertura, a Coordenadora da 4ª CCR destacou a relevância histórica e ambiental de Pirenópolis, reforçando a necessidade de integrar a proteção ambiental a políticas públicas voltadas à qualidade de vida. Ressaltou os desafios impostos pelas mudanças climáticas e a importância da atuação articulada do Ministério Público com outros setores, enfatizando que discutir a preservação das fontes de água, o controle de empreendimentos imobiliários e o uso de agrotóxicos é pensar na própria sociedade.

Acesse aqui o [notícia do evento](#).

# Destaques da Coordenação

61ª Sessão de Coordenação de 28 de abril de 2026

O Procurador da República Guilherme Fernandes Ferreira Tavares encaminhou o Plano de Trabalho da Comissão Bacias Hidrográficas para o biênio 2026-2027. O documento formaliza a transição do antigo Grupo de Trabalho (GT) para o status de Comissão, adequando-se à Resolução CSMPF nº 242/2024, focando na proteção tecnológica e estratégica dos recursos hídricos brasileiros. PRM-BDG-MT-00002364/2026

Acesse aqui o [Plano de Trabalho \(PRM-BDG-MT-00002364/2026\)](#)

A 4ª CCR encaminhou o Ofício nº 475/2026-4ªCCR (PGR-00147845/2026) ao Corregedor-Geral do Ministério Público Federal com sugestões para subsidiar a elaboração de recomendação de caráter geral para os escritórios especiais dos Juizados Especiais Federais e Custos Legis (JEF/CL) visando ao aprimoramento da atuação dos membros do Ministério Público Federal na função de custos legis.

Acesse aqui o Ofício nº 475/2026-4ªCCR ([PGR-00147845/2026](#))

Participação da Coordenadora da 4ª CCR na mesa de abertura do Seminário “Do Território às Cortes: caminhos da reparação e responsabilização das instituições financeiras” em São Paulo. O foco central dos debates foi a responsabilização de instituições financeiras por ações e fluxos de investimento que impactam negativamente o meio ambiente e violam territórios e direitos de povos tradicionais. Também foi discutido como medidas proativas podem mudar o atual panorama.

Acesse aqui a [notícia do evento](#)

O Ministério Público Federal realizará, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, em João Pessoa/PB, o encontro "Caatinga: desafios e aspectos socioambientais". A iniciativa é uma organização conjunta da 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). O evento busca fortalecer a atuação do Ministério Público no enfrentamento dos desafios socioambientais do Bioma Caatinga, promovendo um debate profundo sobre a preservação deste bioma exclusivamente brasileiro, abordando desde as mudanças climáticas até os impactos de novas matrizes energéticas na região. O evento será aberto à toda a comunidade, ocasião em que terá a oportunidade de se manifestar nos debates, sobre o tema. Para os interessados que não puderem comparecer presencialmente haverá transmissão ao vivo pelo [Canal do MPF](#) no YouTube.

# Destaques da Coordenação

61ª Sessão de Coordenação de 28 de abril de 2026

## Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - Minas Gerais

Marcado para o dia 7 de maio, o seminário discutirá os efeitos das mudanças climáticas e as políticas de prevenção, mitigação e adaptação sob uma perspectiva regional. O Subprocurador-Geral da República Paulo Vasconcelos Jacobina irá representar a 4ª CCR no evento.

## Seminário MPF Clima: Adaptação Local em Foco - Rio Grande do Sul

A Escola Superior do Ministério Público da União e a Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4) promovem, nos dias 26 e 27 de maio, o seminário “Adaptação climática em foco – Emergência climática e direitos humanos: obrigações de adaptação no Rio Grande do Sul”. A atividade será realizada na modalidade híbrida, com possibilidade de participação presencial no auditório da PRR4, em Porto Alegre-RS, ou virtual, pelo YouTube.

Para maiores informações [acesse aqui](#).

Para se inscrever [acesse aqui](#).

A 4ª e a 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, por meio de nota pública, manifestaram apoio formal à atuação dos Procuradores da República Ricardo Gralha Massia e Flávia Rigo Nóbrega, em razão de suas atuações institucionais em defesa do meio ambiente e dos direitos indígenas, no caso do licenciamento ambiental "Projeto Natureza", em Barra do Ribeiro/RS. A nota ressalta que a atuação ministerial fundamenta-se na atribuição constitucional e legal do MPF de defender, judicialmente e extrajudicialmente, o meio ambiente e os direitos e interesses dos povos indígenas.

Acesse aqui a [Nota Pública - PGR-00156519/2026](#)

Acesse aqui a [Notícia](#).



## PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 4392/2025](#) - Autora: Deputada Camila Jara (PT/MS)

"Altera o Estatuto do Pantanal, que dispõe sobre o uso, a conservação, a proteção e a recuperação do bioma Pantanal, para reforçar as medidas de proteção à integração entre planalto e planície."

Posição: Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi apresentado o [Parecer nº 01](#) do Relator Deputado Nilto Tatto (PT/SP) pela aprovação do PL nº 4392/2025, com 3 emendas. Tramita concomitantemente nas Comissões e no Plenário, por estar em Regime de Urgência.

● [Projeto de Lei nº 118/2024](#) - Autor: Deputado Túlio Gadêlha (REDE/PE)

"Institui a Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos Originários e Tradicionais"

Posição: Na Comissão de Cultura, foi apresentado o [Parecer nº 01](#) da Relatora, Deputada Célia Xakriabá (PSOL/MG), pela aprovação do PL 118/2024, na forma do Substitutivo da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial.

# PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

## [Projeto de Lei \(PL\) nº 4000/2024](#) - Autor: Poder Executivo

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente."

Posição: Retirado de pauta, de ofício, em razão da ausência da Relatora, Deputada Dilvanda Faro (PT/PA).

## [Projeto de Lei nº 2564/2025](#) - Autor: Deputado Lucio Mosquini (MDB/RO)

"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para regular a aplicação de medidas administrativas cautelares e para dispor sobre a garantia à ampla defesa e ao contraditório."

Posição: - Designada Relatora de Plenário, Deputada Marussa Boldrin (REPUBLIC/GO). Ainda não há previsão de inclusão na pauta do Plenário. 22/04/2026 - Apresentação do [REQ n. 2221/2026 \(Requerimento de Inclusão ou Retirada de Assinatura em Proposição de Iniciativa Individual\)](#), pelos Deputado Júnior Ferrari (PSD/PA) e outros, que "Requer, nos termos regimentais, com anuência do autor, a coautoria ao Projeto de Lei nº 2.564 de 2025. ".

# PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

## [Projeto de Lei nº 3025/2023](#) - Autor: Poder Executivo

"Dispõe sobre normas de controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional e altera a Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989."

Posição: O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a [Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei nº 3025/2023](#) apresentada pelo Relator de Plenário, Deputado Marx Beltrão (PP/AL).

## [Projeto de Lei nº 4553/2025](#) - Autora: Deputada Tabata Amaral (PSB/SP)

"Institui o Portal Nacional de Informações Estratégicas Socioambientais, Climáticas e Territoriais - "INFOCLIMA-TERRA-BRASIL", e dá outras providências".

Posição: Prevista a apreciação do [Parecer Preliminar de Plenário nº 01](#) da Relatora, Deputada Elcione Barbalho (MDB/PA). Tramita em Regime de Urgência. 16/04/2026 - Matéria não apreciada, em face do encerramento da Sessão.

# PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei \(PL\) nº 1868/2021](#) - Autor: Gustavo Fruet (PDT/PR)

"Estabelece diretrizes para a proteção do Patrimônio Cultural Tombado, institui a Política Nacional do Patrimônio Cultural Tombado, o Fundo Nacional do Patrimônio Tombado - FNPT e dá outras providências."

Posição: Lido o [Parecer do Relator](#), Deputado Félix Mendonça Júnior, pelo Deputado Bacelar. Vista ao Deputado Pr. Marco Feliciano.

● [Projeto de Lei nº 2707/2019](#) - Autor: Senado Federal - Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

"Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para dispor sobre a realização, por profissionais externos, da inspeção de segurança especial e da Revisão Periódica de Segurança de Barragem nas barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração.".

Posição: Designado Relator, Deputado Danilo Forte (PP/CE), na Comissão de Minas e Energia.

# PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 2791/2025](#) - Autora: Deputada Camila Jara (PT/MS)

"Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), para minimizar impactos dos resíduos sobre a fauna silvestre."

Posição: Prevista a apreciação do [Parecer nº 01](#) da Relatora, Deputada Natália Bonavides (PT/RN), pela aprovação, com substitutivo, na Comissão de Desenvolvimento Urbano (29/04 🕒 10h30) .

● [Projeto de Lei nº 466/2015](#)- Autor: Deputado Ricardo Izar (PSD/SP)

"Dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras."

Posição: Prevista a apreciação. 22/04/2026 - Designada Relatora, Dep. Duda Salabert (PSOL-MG).  
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

# PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 2780/2024](#) - Autor: Deputado Zé Silva (SOLIDARI/MG)

"Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências, e apensados PLs nºs 4404/2025, 4442/2025, 3699/2025, 4430/2025, 4428/2025, 4429/2025 e 3829/2025 ao PL nº 2780/2024."

Posição: Prevista a apreciação. Aguarda designação de Relator(a).

● [Projeto de Lei nº 539/2024](#) - Autora: Deputada Cristiane Lopes (UNIÃO/RO)

"Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas sul-americanas na Amazônia Legal."

Posição: 23/04/2026 - Apresentação do Autógrafo ([Inteiro teor](#)). Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 90/2026/SGM-P ([Inteiro teor](#)).